tenha efectuado o pagamento, a Direcção-Geral da Assistência, nos cinco dias posteriores, remeterá ao tribunal competente o respectivo auto de notícia, levantado pelos agentes especiais, ou, na sua falta, participará a infracção.

§ único. A participação a que se refere este artigo é equiparada, para todos os efeitos, aos autos de notícia levantados pelas autoridades ou pelos agentes especiais encarregados da fiscalização.

Art. 24.º As importâncias das multas serão depositadas, por meio de guia, em triplicado, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, na conta do Fundo de socorro social.

Art. 25.º Os tribunais do contencioso das contribuições e impostos são competentes para conhecer e julgar as infracções previstas neste diploma.

Art. 26.º A fiscalização do disposto neste diploma compete à Inspeção-Geral de Finanças, à Inspeção dos Espectáculos e a agentes especiais designados pelo Ministro do Interior, equiparados, para todos os efeitos, aos agentes da autoridade.

§ único. O presidente do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, a solicitação do Ministro do Interior, poderá determinar ou autorizar que os agentes da Inspeção do Trabalho e os empregados das Uniões dos Grémios da Indústria Hoteleira e Similares colaborem na referida fiscalização.

Art. 27.º A resolução dos casos omissos compete ao Ministro do Interior. Quando se trate de receitas liquidadas e cobradas por intermédio do Ministério das Finanças, será ouvido o respectivo Ministro.

Art. 28.º Este diploma entra em vigor em 1 de Janeiro de 1950.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 37:691

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, no artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, na alínea b) do artigo 35.º do referido Decreto n.º 18:381 e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e nos do aludido artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as quantias adiante indicadas dentro do actual orçamento do Ministério do Interior:

Do capítulo 4.º, artigo 100.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	—	150.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 102.º, n.º 1) «Ajudas de custo»	+	150.000\$00

Do capítulo 4.º, artigo 102.º, n.º 3), alínea a) «Subsidio para fardamento ...»	—	20.000\$00
Do capítulo 4.º, artigo 102.º, n.º 3), alínea b) «Resguardos e calçado ...»	—	10.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 101.º, n.º 1) «Gratificações especiais às praças»:		
Gratificações		20.000\$00
Suplemento		10.000\$00
	+	30.000\$00

Do capítulo 4.º, artigo 104.º, n.º 1), alínea a) «Animais: aquisição de solípedes ...»	—	250.000\$00
Do capítulo 4.º, artigo 104.º, n.º 1), alínea b) «Viaturas com motor»	—	108.000\$00
Do capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 2), alínea a) «Animais: ferragens e curativos ...»	—	5.000\$00
Do capítulo 4.º, artigo 106.º, n.º 1) «Munições»	—	180.000\$00
Do capítulo 4.º, artigo 106.º, n.º 3) «Artigos de expediente ...»	—	7.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 2), alínea a) «Animais: forragens ...»	+	110.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 2), alínea b) «Veiculos com motor»	+	400.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 106.º, n.º 2) «Impressos»	+	40.000\$00
Do capítulo 4.º, artigo 110.º, n.º 1), alínea a) «Alimentação de presos ...»	—	25.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 107.º, n.º 2) «Luz, aquecimento, água ...»	+	20.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 110.º, n.º 5) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»	+	5.000\$00

Art. 2.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 3:640.000\$, destinado a reforçar as seguintes verbas do orçamento vigente do segundo dos mencionados Ministérios:

Capítulo 4.º — Serviços de segurança pública — Guarda Nacional Republicana:

Artigo 102.º, n.º 1) «Ajudas de custo»	2:900.000\$00
Artigo 107.º, n.º 1) «Serviços clínicos ...»	740.000\$00
	<u>3:640.000\$00</u>

Art. 3.º Como compensação do crédito designado no artigo anterior efectuam-se as seguintes anulações no Orçamento Geral do Estado em execução:

Ministério do Interior

Capítulo 4.º, artigo 100.º, n.º 1)	1:000.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 102.º, n.º 2), alínea a)	120.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 102.º, n.º 3), alínea a)	80.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 103.º, n.º 1), alínea a)	10.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 1), alínea b)	10.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 2), alínea a) «Ferragens ...»	15.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 3)	3.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 105.º, n.º 4)	7.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 110.º, n.º 1), alínea a)	50.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 111.º, n.º 2)	5.000\$00	
		<u>1:300.000\$00</u>

Ministério da Economia

Capítulo 4.º, artigo 50.º, n.º 1)	300.000\$00	
Capítulo 4.º, artigo 50.º, n.º 2)	300.000\$00	
Capítulo 5.º, artigo 95.º, n.º 1), alínea a)	240.000\$00	
Capítulo 6.º, artigo 107.º, n.º 1)	600.000\$00	
Capítulo 9.º, artigo 185.º, n.º 1)	100.000\$00	
Capítulo 10.º, artigo 221.º, n.º 1)	200.000\$00	
Capítulo 11.º, artigo 273.º, n.º 1)	100.000\$00	
Capítulo 12.º, artigo 304.º, n.º 1)	200.000\$00	
Capítulo 13.º, artigo 315.º, n.º 1)	300.000\$00	
		<u>2:340.000\$00</u>
		<u>3:640.000\$00</u>

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do

§ único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Decreto-Lei n.º 37:692

Convindo que o bilhete de identidade dos militares da Armada do activo e o dos oficiais da reserva da Armada e reformados satisfaçam a todas as exigências de identificação da lei civil, como já foi estabelecido para o bilhete de identidade dos oficiais do Exército;

Sendo também oportuno definir concretamente as circunstâncias em que os oficiais da Armada podem ser detidos;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O bilhete de identidade dos militares da Armada do activo, o dos oficiais da reserva da Armada e reformados e o dos auditores de Marinha substitui, para todos os efeitos legais, o bilhete de identidade ou qualquer outra forma de identificação estabelecida pela lei civil, para o que passará a conter todos os elementos essenciais de identificação.

Art. 2.º O bilhete de identidade dos oficiais do activo, da reserva da Armada e reformados e dos cadetes e auditores de Marinha passa a ser do modelo n.º 1 anexo a este decreto-lei; o bilhete de identidade dos sargentos e das praças do Corpo de Marinheiros da Armada passa a ser do modelo n.º 2 igualmente anexo a este decreto-lei.

Art. 3.º O cartão do bilhete de identidade estabelecido por este diploma é branco para os militares do activo, branco com faixa azul para os oficiais da reserva da Armada, branco com faixa amarela para os oficiais reformados, branco com faixa verde para os cadetes e branco com faixa encarnada para os auditores de Marinha; as faixas são horizontais, colocadas a meio do cartão e com a largura de 1^{cm},5.

Art. 4.º As fotografias para os bilhetes de identidade são de meio corpo, tiradas a três quartos, com o uniforme n.º 3 ou n.º 1, segundo se trate, respectivamente, de oficiais ou de sargentos e praças, com boné na cabeça e de modo que os galões, divisas ou outros distintivos fiquem bem visíveis.

§ único. As fotografias para os bilhetes de identidade dos cadetes são tiradas com uniforme correspondente ao n.º 3 dos oficiais.

Art. 5.º O bilhete de identidade dos militares da Armada é obrigatório e obrigatoriamente renovado em cada posto.

Art. 6.º Os militares da Armada e os auditores de Marinha beneficiam das reduções nos transportes colec-

tivos terrestres, fluviais, marítimos e aéreos concedidas pelas empresas concessionárias ou a elas impostas pelo Governo.

Art. 7.º Salvo o caso de flagrante delito a que corresponda pena maior e o previsto no § 3.º do artigo 8.º da Constituição, o oficial da Armada na efectividade do serviço só pode aceitar a intimação de prisão quando emanada de autoridade militar competente. Nos demais casos o oficial a quem for comunicada ordem de detenção por qualquer autoridade civil deve declarar imediatamente a sua identidade e colocar-se à disposição da autoridade militar, dando-lhe parte da ocorrência.

Art. 8.º (transitório). O bilhete de identidade actualmente em uso pode ser utilizado até à promoção dos respectivos titulares ou até se tornar necessária a sua substituição.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Modelo n.º 1 (Anverso)

Bilhete de identidade para oficiais e cadetes da Armada e para auditores de marinha

Nota. — A designação «Oficiais do activo» será substituída, conforme os casos, pelas designações «Oficiais da reserva da Armada», «Oficiais reformados», «Cadetes da Armada» e «Auditores de marinha».